

Junho de 2013: a luta por direito à cidade e a perda da aura do jornalismo brasileiro¹

Carolina Barreto da Silva Gaspar²

Universidade Federal Fluminense - UFF

Resumo

O presente artigo se dedica a caracterizar junho de 2013 essencialmente como uma grande insurgência pelo direito à cidade. Para tal, se utiliza fartamente dos conceitos de Henri Lefebvre e David Harvey. Além disso, o artigo se propõe a fazer uma analogia entre a perda da aura da obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica, conforme nos descreve Benjamin, e a perda da aura do jornalismo brasileiro nas manifestações de junho de 2013.

Palavras-chave

Cidade; junho de 2013; enquadramento; manifestações; aura.

Junho de 2013: uma explosão nas ruas brasileiras

“O gigante acordou”. Em que pesem as justas problematizações que possam ser feitas a respeito da frase que virou bordão nas cidades brasileiras em junho de 2013, é preciso reconhecer que aquele momento marcou a maior mobilização de massas da história recente do país. Em poucos dias, a luta contra o aumento do preço das passagens de ônibus iniciada pelo Movimento Passe Livre em São Paulo cresceu enormemente e se nacionalizou. Junto com o tamanho e alcance das manifestações, ampliou-se também o espectro das reivindicações: o que se via em centenas de cartazes era uma grande insatisfação com relação à qualidade dos serviços públicos em nosso país, bem como com os gastos exorbitantes e medidas autoritárias tomadas ao longo do processo de preparação do Brasil para sediar os megaeventos esportivos.

Toda essa mobilização está relacionada à piora da qualidade de vida nas cidades brasileiras, que se deve a um processo bem descrito por Carlos Vainer:

...sob a égide do Consenso de Washington, a cidade passa a ser investida como espaço direto e sem mediações da valorização e

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da UFF. E-mail: carol.barreto85@gmail.com

financeirização do capital. Concebidas enquanto empresas em concorrência umas com as outras pela atração de capitais (e eventos, é óbvio), as cidades e os territórios se oferecem no mercado global entregando a capitais cada vez mais móveis (foot loose) recursos públicos (subsídios, terras, isenções). (VAINER In Cidades rebeldes, 2013, p. 37)

Os governos recuaram com relação ao aumento do preço das passagens, mas isto não foi capaz de refrear os ânimos dos manifestantes. Símbolos do poder político e econômico foram alvo da fúria das ruas; a polícia precisou fugir de manifestantes em certas ocasiões, o que não se via há décadas; repórteres de meios de comunicação comerciais foram hostilizados nos atos; a popularidade de diversos governantes simplesmente despencou; a presidente da república se viu forçada a fazer um pronunciamento em TV aberta para tentar acalmar os ânimos da nação. Tudo isso em poucos dias.

Esse processo inscreve o Brasil na rota das mobilizações de massa que sacudiram o mundo a partir de 2011. Tudo começou na Primavera Árabe. Depois, vieram os Indignados da Puerta del Sol em Madri e o Occupy Wall Street em Nova Iorque. Embora esses movimentos guardem suas especificidades, há diversos pontos comuns entre eles. O primeiro deles talvez seja o fato de que as mobilizações sempre começam muito pequenas e, de repente, algo desencadeia sua massificação. No entanto, diminuem de intensidade com o tempo, fruto do desgaste e da repressão. Embora terminem, deixam sempre um legado para seus países (WALLERSTEIN, 2013, s.p.). Por fim, vale destacar a organização descentralizada dos protestos por meio das redes sociais, a rejeição às formas tradicionais da institucionalidade política e a ausência de um programa claro ou alternativas consolidadas (CARNEIRO In Occupy, 2012).

Os governos tiveram muita dificuldade de dar respostas adequadas às questões colocadas pelas ruas. Isto porque “o sistema não está só quebrado e exposto, mas também é incapaz de qualquer outra resposta que não a repressão” (HARVEY In Occupy 2012, p. 64).

Se referindo às manifestações ocorridas no exterior em 2011, Emir Sader vai além, afirmando que as respostas dadas pelos governantes à crise só a aprofundaram:

Ao salvar os bancos – ação que detonou a crise e foi seu epicentro – os governos acreditaram que salvariam as economias e os países. Os bancos se recuperaram, mas as economias e os países ficaram

abandonados. Por isso, a crise voltou como bumerangue... (SADER In Occupy, 2012, p 83-84)

Antecedentes

Entre o pós-guerra e o início dos anos 1970, o capitalismo global viveu um período de apogeu, com taxas de crescimento expressivas e pleno emprego. A partir da crise desencadeada pela elevação dos preços do petróleo em 1973, no entanto, as coisas mudariam de maneira definitiva. O crescimento econômico diminuiu vertiginosamente e as taxas de lucro do período anterior não seriam recuperadas (ANDERSON, 1995).

Nesse período, o modelo de produção fordista entra em processo de esgotamento, dando lugar ao chamado modelo de acumulação flexível ou toyotismo. Os processos produtivos passam a estar dispersos ao longo do território mundial para explorar as melhores condições de lucratividade. O que se vê então, no mundo inteiro, é um processo de intensa desregulamentação das relações de trabalho sob a égide do capital globalizado. Os direitos sociais e trabalhistas, ampliados no auge do fordismo, eram agora descartados pelas políticas neoliberais, que avançavam (HARVEY, 2004).

Emerge então o precariado, definido por Giovanni Alves como “a camada média do proletariado urbano constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social.” (ALVES, 2013, s.p.).

A crise estrutural do sistema capitalista inaugurada em 1973 faz com que se amplie enormemente o processo de financeirização do capital. Enfraquecidos, os governos nacionais se mostram impotentes para impor limites à especulação financeira. O resultado disso é a grande crise econômica que se instaura a partir de 2008, levando à falência bancos e grandes empresas. Esta é a ordem social em que, segundo Zizek,

O destino de todas as camadas da população, e por vezes de países inteiros, pode ser decidido pela dança especulativa solipsista do capital, que persegue seu objetivo de lucratividade com uma indiferença abençoada em relação ao modo como seu movimento afetará a realidade social. (ZIZEK, 2012, p. 45)

O comportamento dos governos diante da crise foi utilizar grandes somas de fundos públicos para salvar os bancos e empresas falidos. Enquanto isso, o desemprego crescia em muitos países e direitos sociais eram ainda mais restringidos.

Há uma desregulamentação global e perda de direitos sociais em nome da “flexibilização” que amplia a nova camada social precarizada concentrada nos mais jovens. Esses jovens indignados da Europa, assim como os insurretos shabab (“jovens”) do mundo árabe, são os que despertaram uma nova euforia política num mundo dominado pelos ideais de individualismo, de perpétua continuidade do cotidiano e de carência de projetos coletivos para o futuro. (CARNEIRO In Occupy, 2012, p. 13).

É nesse caldo de precarização e crise que florescem movimentos como os Indignados da Puerta del Sol, a Primavera Árabe e o Occupy Wall Street. No Oriente Médio, é importante considerar também como catalisador fundamental da revolta o combate a ditaduras que, no poder há décadas, não foram capazes de oferecer respostas satisfatórias às necessidades de seus cidadãos.

E no Brasil? O que seria capaz de explicar uma eclosão tão grande de protestos num país em que a crise econômica internacional até o momento nem de longe teve os mesmos impactos? Vivíamos em 2013 um período anterior à crise econômica, ainda marcado pelo aumento do número de empregos formais, diminuição dos índices de miséria e aumento da capacidade de consumo da população. Então, qual a razão para tamanha revolta?

as cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas. (...) A vida nas cidades brasileiras piorou muito a partir dos últimos anos da década passada. (MARICATO In Cidades Rebeldes, 2013, p 19-20)

Maricato afirma que a piora das condições de vida nas cidades do país se deve a fatores como desigualdade social, flexibilização de legislações urbanísticas, especulação imobiliária, expulsão dos pobres para áreas ainda mais periféricas, despejos violentos, preparação para sediar megaeventos esportivos e piora da mobilidade urbana.

Seja como for, a verdade é que milhares foram às ruas de diversas cidades do país em junho para reivindicar, além da diminuição das tarifas do transporte, serviços públicos de qualidade e o fim dos gastos exorbitantes e medidas autoritárias tomadas no processo de preparação do Brasil para sediar a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Segundo Giovanni Alves, o que se viu em junho foi a revolta do precariado.

A onda massiva de protestos a que assistimos nas ruas das cidades brasileiras é o que poderíamos considerar como sendo a revolta do

precariado, camada social da classe do proletariado constituída por jovens altamente escolarizados desempregados ou inseridos em relações de trabalho e vida precárias (a pesquisa *DataFolha* de 21 de junho de 2013, constatou que a maioria dos manifestantes – 63% – têm entre 21 e 35 anos; e 78% têm ensino superior). (ALVES, 2013, s.p.)

As grandes manifestações do nosso tempo possuem, como uma de suas características em comum, o uso das redes sociais como instrumento de mobilização. Elas foram importantes para a organização dos protestos, uma vez que

redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. (CASTELLS, 1999, p. 499)

Apesar da importância das redes sociais, a maior parte da população brasileira ainda se informa por meio das mídias tradicionais. O tratamento editorial que a imprensa comercial brasileira deu às manifestações de junho foi conservador, ainda que o enquadramento (GOFFMAN, 1974) dado a elas tenha se modificado em algum grau ao longo do tempo.

Enquadramento é um conceito de origem norte-americana e seu uso sistemático para a análise de fenômenos sociais tem como fonte importante o livro *Frame Analysis* do sociólogo Erving Goffman (1974). Segundo Porto,

Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos. (...) Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem às pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais. (PORTO, 2002)

De maneira bastante sucinta, seria possível definir enquadramento, para os objetivos deste trabalho, como a moldura a partir da qual os fatos sociais são reportados à população pelos jornalistas e interpretados por ela. O jornalista opta por enquadrar um fato de uma determinada forma, em detrimento de outra, enfocando assim apenas uma parcela da realidade social. Enquadramentos são, deste modo, importantes instrumentos de poder.

Enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que é importante. [...] [Enquadramentos midiáticos são]

padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual.³

Os jornais deram aos protestos um enquadramento em que muito se destacava a violência neles existente – sempre que esta se dirigiu contra o patrimônio. A truculência policial e o espancamento de militantes de partidos políticos não foram objeto do mesmo tipo de condenação pelos jornais. Conforme afirma Raquel Paiva,

A permanência da violência como linguagem e sistema gerado pelo poder hegemônico tem-se situado geralmente, ao longo da história da civilização, na esfera do “entendimento comum”. São assim consentidos, porque se naturalizam sistemas de manutenção da ordem, e acabam se tornando praticamente imperceptíveis as funções de controle social por trás do monopólio legal da violência. Entretanto, atualmente, em virtude da nova conformação social, em que basicamente a mediação é substituída pela mediatização, a violência transforma-se ao mesmo tempo em espetáculo – já que regido pela lógica midiática – e esquema de contraposição adotado pelos grupos minoritários. (PAIVA, 2005, p. 17)

A exemplo do que ocorrera na ditadura militar, a cobertura midiática das manifestações de junho de 2013 foi conservadora, pautada numa lógica autoritária. Vale lembrar que a grande concentração da propriedade da comunicação no Brasil é herança do período ditatorial. “Daí a importância de pressões sociais sistemáticas em favor de políticas públicas que protejam e promovam o interesse coletivo contra ambições monopólicas privadas” (MORAES, 2009, p. 20).

Eis porque é urgente que o Estado brasileiro e a sociedade civil avancem na agenda da democratização das comunicações. Venício de Lima observa que essa pauta foi, em grande medida, relegada a segundo plano nos dois Governos Lula:

A maioria das propostas de políticas públicas que a sociedade civil organizada considera avanços no processo de democratização das comunicações não foi implementada no período 2003-2010. Ao contrário, muitas das iniciativas neste sentido, como vimos, foram sendo, uma a uma, abandonadas ou substituídas por outras que negavam as intenções originais. (LIMA, 2010, s.p.)

As jornadas de junho de 2013 e a luta pelo direito à cidade

³ GITLIN 1980 apud LEAL. LEAL, Marcos Volponi. Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso. Disponível em: . Acesso em: 25 mai. 2020.

O processo de preparação do Rio de Janeiro para sediar os megaeventos esportivos (Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016) envolve um amplo processo de remodelação e gentrificação da cidade, com a remoção de mais de 20 mil famílias dos territórios onde estas habitavam. As remoções que ganharam maior notoriedade foram as ocorridas na Vila Autódromo, mas a voracidade da especulação imobiliária foi semelhante em diversas outras comunidades. A ofensiva do capital imobiliário sobre tais áreas ensejou resistências desde o seu início, no ano de 2009. Tais resistências, dispersas a princípio, posto que vivenciadas em cada comunidade, se unificaram em junho de 2013 junto com outras lutas importantes na cidade. Afinal de contas, se é verdade que as jornadas de junho se iniciam a partir da luta contra o aumento das passagens de ônibus, também é verdade que elas acabam, com o passar do tempo, ampliando seu espectro de reivindicações. Estiveram nas ruas de junho de 2013 os indígenas despejados da Aldeia Maracanã e também os moradores que lutavam contra as remoções em comunidades como Vila Autódromo, Metrô Mangueira, Morro da Providência e Vila Recreio II, entre muitas outras.

David Harvey (2008, p. 4) nos fala sobre como a construção civil é historicamente uma válvula de escape para as crises do capital e para a permanente necessidade do sistema de ampliar o excedente. Foi assim, diz ele, quando Napoleão lidou com a crise do capital reconfigurando a estrutura urbana de Paris. Arquiteto encarregado da tarefa, Haussmann resolveu o problema de disponibilidade de capital excedente usando um sistema keynesiano de financiamento de melhorias infraestruturais urbanas. Contra essa remodelação do mapa de Paris, que expulsara do centro da cidade as populações mais pobres, se insurgiria a Comuna de Paris como expressão de nostalgia da cidade que Hausmann destruiu. Da mesma forma, o Rio de Janeiro, cidade decadente economicamente há décadas, se viu tomada por um amplo conjunto de intervenções urbanas que visavam prepará-la para sediar megaeventos esportivos. Esse processo desalojou milhares de famílias, que resistiram a ele primeiro de maneira fragmentária e, de forma mais integrada, em junho de 2013. Harvey (2008, p. 6) afirma que Lefebvre previu não só que o processo urbano seria crucial para a sobrevivência do capitalismo, como para o surgimento de um foco de luta de classes.

A própria luta pela redução das tarifas de transporte público – e mais ainda a bandeira da tarifa zero – tem um forte componente de luta pelo direito à cidade. Trata-se, pois, de uma luta contra uma lógica mercantil de cidade, cuja principal finalidade é a valorização

do valor. O valor de uso (MARX, 2013) da cidade a que temos acesso não é o uso que gostaríamos de fazer dela. A cidade não pode ser vivida plenamente porque se estrutura em torno da lógica da mercadoria e da extração de mais-valor. O valor de troca (MARX, 2013) se tornou hegemônico na cidade. Segundo Lefebvre (2004b), é a prática política que vai possibilitar que a cidade tenha o seu valor de uso.

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. (...) Das questões da propriedade da terra aos problemas da segregação, cada projeto de reforma urbana põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretende impor, através da via coatora e institucional, àquilo que resta da realidade urbana. (LEFEBVRE, 2004b, p. 113)

Lefebvre relaciona natureza e lazer. Isso tem a ver com uma idéia de fuga da cidade, que é o espaço por excelência do trabalho. Esse trabalho é apresentado à classe trabalhadora como algo destituído de qualquer criatividade. O direito à cidade em Lefebvre (2004b) é o direito à manutenção na cidade, é não ter a necessidade de fugir da cidade para ter lazer. Para que esse direito possa ser efetivado, é fundamental que as pessoas tenham garantido seu direito de ir e vir, que se vê comprometido, entre outras coisas, pelas altas tarifas dos transportes públicos. Isso para não falar da dinâmica de expulsão de famílias de baixa renda de áreas de interesse da especulação imobiliária, posta em marcha na preparação do Rio de Janeiro para sediar os megaeventos esportivos. Seria lícito dizer, portanto, que as jornadas de junho de 2013 foram um grande movimento de insurgência contra uma lógica mercantil de cidade. Daqueles que Harvey (2008, p. 14 e 15) afirma que precisam acontecer se os despossuídos quiserem tomar de volta o controle da cidade do qual eles foram por tanto tempo excluídos e se for para haver novos modos de controlar os excedentes de capital quando eles chegam aos processos de urbanização.

A organização neocapitalista do consumo mostra sua força na rua, que não é só a do poder (político), nem a da repressão (explícita ou velada). A rua, série de vitrinas, exposição de objetos à venda, mostra como a lógica da mercadoria é acompanhada de uma contemplação (passiva) que adquire o aspecto e a importância de uma estética e de uma ética. (...) É assim que se pode falar de uma colonização do espaço urbano, que se efetua na rua pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos: pelo “sistema dos objetos” tornados símbolos e espetáculo. (...) Trata-se de uma aparência caricata de apropriação e de reapropriação

do espaço que o poder autoriza quando permite a realização de eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quanto à verdadeira apropriação, a da “manifestação” efetiva, é combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o esquecimento. (LEFEBVRE, 2004a, p. 31)

Assim foi em junho de 2013, quando a polícia militar reprimiu de maneira violenta as manifestações de rua. A violência da repressão foi tamanha que ganhou força nas manifestações uma bandeira que não estava presente no início: a da desmilitarização da polícia. Pela experiência concreta da violência nas ruas partindo de quem deveria proteger a população, os manifestantes passaram a entoar palavras de ordem em defesa do fim da polícia militar. Vale dizer que a existência de uma polícia militarizada é uma das sobrevivências da ditadura que vigorou por 21 anos em nosso país. O Estado policial se ergueria contra os manifestantes não apenas a partir da violência direta, com direito a farto arsenal de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. A criminalização se aprofundou com o auxílio da justiça, que decretou a prisão de 23 ativistas por formação de quadrilha, corrupção de menores, resistência, lesões corporais e posse de artefatos explosivos. O grupo recorre de tais acusações em liberdade.

O advento da Mídia Ninja e a perda da aura do jornalismo

Benjamin nos diz que a obra de arte sempre foi reproduzível, mas que sua reproduzibilidade técnica representa um fato novo. Mesmo na reprodução mais perfeita, está ausente o “aqui e agora” da obra de arte. “O aqui e agora do original constitui o conteúdo da sua autenticidade, e nela se enraíza uma tradição que identifica esse objeto, até os nossos dias, como sendo aquele objeto, sempre igual e idêntico a si mesmo.” (BENJAMIN, 1996) O que se atrofia na era da reproduzibilidade técnica da obra de arte é sua aura, que ela mantinha como símbolo da tradição e autenticidade que carregava. Se até o século XIX a obra de arte tinha um valor ritual, com o advento da reproduzibilidade técnica ela se torna um objeto reproduzido à exaustão a que só resta um valor de exposição. A invenção da fotografia aprofunda, assim, a crise da pintura por tornar possível a execução e reprodução técnica industrial de retratos. (BENJAMIN, 1996)

Se a reproduzibilidade técnica da obra de arte destrói a sua aura, seria possível, fazendo uma analogia, dizer que a tecnologia do streaming, utilizada por coletivos como o Mídia Ninja, destrói a aura do jornalismo profissional em junho de 2013. Isto porque

aquilo que antes era atribuição exclusiva de uma determinada categoria profissional – relatar o que acontecia nas manifestações – de repente se tornou acessível a qualquer pessoa com um celular com internet nas mãos. A tecnologia do streaming abriu uma disputa de enquadramentos entre os veículos tradicionais de informação e novos coletivos de comunicação.

A partir de junho de 2013, os enquadramentos produzidos pela grande imprensa, por vezes recheados de criminalização das manifestações, passaram a ser questionados por um número cada vez maior de pessoas. A imprensa tradicional, assim como outras instituições brasileiras, também entrou em crise naquele momento. Essa crise, decorrente, na nossa analogia, da perda da aura de exclusividade e credibilidade com a qual contava o jornalismo profissional, fará com que repórteres de veículos de comunicação consolidados sejam vaiados e hostilizados nas manifestações, enquanto midiativistas eram aplaudidos.

Apesar da crise da aura de exclusividade e credibilidade do jornalismo ser anterior a junho de 2013 – assim como a crise da pintura é anterior à invenção da fotografia –, é forçoso reconhecer que o advento do streaming fragiliza ainda mais a imagem que o jornalismo profissional historicamente construíra para si ao longo de décadas. Ao fragilizar essa imagem, ele fragiliza o locus privilegiado com ambições monopolistas que a atividade jornalística mantivera erigir para si sobre a construção dos enquadramentos a partir dos quais enxergamos a realidade social.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. **A revolta do precariado no Brasil**. Blog da Boitempo, 24 jun. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-precariado-nobrasil/>>. Acesso em: 20 set. 2017

_____. **O que é o precariado?** Blog da Boitempo, 22 jul. 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

ANDERSON, Perry. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. In: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações de rua do Brasil / Ermínia Maricato... [et al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

GITLIN 1980 apud LEAL. LEAL, Marcos Volponi. **Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso**. Disponível em: . Acesso em: 25 mai. 2020.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper, 1974.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **The right to the city**. In: New Left Review n. 53. Disponível em: <http://newleftreview.org/ll/53/david-harvey-the-right-to-the-city> . Acesso em: 03 jan. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004a.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2004b.

LIMA, Venício A. de. **Política de comunicações: o balanço dos governos Lula**. Site da Carta Maior, 11 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Politica-de-Comunicacoes-o-balanco-dos-governos-Lula/22220>>. Acesso em: 20 set. 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro 1**. São Paulo: Boitempo. 2013.

MORAES, Dênis de. **A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

MORAES, Dênis de. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci.** Revista Debates, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, 2010.

Occupy/ [David Harvey... et al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

PAIVA, Raquel. **Mídia e Política de Maiorias.** Livro: Comunicação e Cultura das Minorias, 2005.

_____. **Política: Palavra Feminina.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da Mídia e Política.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Pânico sobre deflação mundial.** Blog da Boitempo, 06 fev. 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/immanuel-wallerstein>>. Acesso em: 18 set. 2014.

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente.** São Paulo: Boitempo, 2012.